



Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Eleição e Posse da nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Técnico e Secretária Executiva da ACASFC - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI, Manaus – AM, realizada no dia vinte e cinco do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Aos vinte e cinco dias do mês fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na sede sito Baixo Rio Preto da Eva, s/n, zona rural ribeirinha, nesta Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP nº 69.001-009, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária de Eleição e Posse da nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Técnico e Secretária Executiva da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI** para deliberação das seguintes pautas:

1. Aprovação do novo Estatuto Social da Associação Comunitária Agrícola São Francisco do Caramuri - ACASFC.
2. Eleição e posse da nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Técnico e Secretaria Executiva da Associação Comunitária Agrícola São Francisco do Caramuri – ACASFC.
3. Correção do endereço da sede da ACASFC dito Baixo Rio Preto da Eva, Médio Amazonas, zona rural ribeirinha, município de Manaus – AM.
4. Alteração do CEP da Associação conforme especificado na abertura da ata e do Estatuto Social Consolidado da ACASFC.

Assumiu a presidência do trabalho, por aclamação unânime, o senhor Daniel Leandro da Silva, nacionalidade Brasileira, Estado Civil solteiro, profissão agricultor e assistente social, Cédula de Identidade (RG) n.º 1688225-3, CPF n.º 831.278.952-91 residente e domiciliado à Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, na Cidade de Manaus, Estado de Amazonas, convidando a mim, Francilene Nascimento de Souza, nacionalidade brasileira, Estado Civil, solteira, profissão agricultora, RG n.º 3284076-4, CPF n.º 041.461.372-41, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para secretariar a sessão, o que aceitei. O Presidente da Assembleia Sr. Daniel Leandro da Silva, relatou que a convocação da assembleia



geral extraordinária foi realizada através de edital em forma publicado nas redes sociais, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos. O Sr. Daniel Leandro da Silva, fez uma breve explanação das atividades e ações desenvolvidas pela **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI - ACASFC** como instituição de assistência socioeconômica com ênfase na sustentabilidade humana, econômica, social, cidadã, cultural, esportiva, tecnológica e ambiental. Todavia, como seus objetivos foram alterados, foi elaborado um novo texto de estatuto para atender as legislações e normas vigentes sobre Marco Legal (lei federal nº 13.019/14 e 13.204/15). Dessa forma, para efeito de conhecimento dos associados, a minuta do Estatuto Social foi apresentada e lida na sua íntegra e aprovado sem restrições, conforme documento em anexo. Com a aprovação do Estatuto a próxima pauta tratou-se da eleição da Nova Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Técnico e da Secretária Executiva da ACASFC, a qual foi discutida e aprovada por unanimidade e aclamação dos cargos indicados entre os membros da comissão organizadora e demais associados participantes da assembleia. Em função das sugestões e aprovações, o quadro de cargos fica assim definido:

DIRETORIA EXECUTIVA:

DIRETOR PRESIDENTE: Sr. Daniel Leandro da Silva, brasileiro, solteiro, agricultor e assistente social; nascido em 30/06/1984, natural de Manaus – AM, Pai: Francisco Holanda da Silva, Mãe: Maria da Conceição Leandro da Silva, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1688225-3, CPF nº 831.278.952-91, leandaniel@gmail.com

VICE - DIRETOR PRESIDENTE: Sra. Maria de Nazaré da Silva Nascimento, brasileira, solteira, professora; nascida em 26/06/1978, natural de Manaus – AM, Pai: José Batista do Nascimento, Mãe: Elezabeth Campos da Silva, residente na Comunidade Santa Luzia do Tiririca, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1352890-4, CPF nº 609.441.962-68, maria_nazaré_33@hotmail.com



PRIMEIRO SECRETÁRIO: Sra. Francilene Nascimento de Souza, brasileira, solteira, agricultora; nascida em 29/01/1998, natural de Manaus – AM, Pai: Francisco Silvério de Souza, Mãe: Silvana Nascimento de Oliveira, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 3284076-4, CPF nº 041.461.372-41, ls.lennysouza29@gmail.com

SEGUNDO SECRETÁRIO: Sra. Marta Lima da Silva do Vale, brasileira, casada, agricultora; nascida em 30/08/1996, natural de Manaus – AM, Pai: Fábio Leandro da Silva, Mãe: Izaide Barbosa de Lima, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 2360957-5, CPF nº 535.252.132-04, martha2silva552@gmail.com

PRIMEIRO TESOUREIRO: Sra. Adelaide de Andrade da Silva, brasileira, casada, agricultora e agente comunitária de saúde; nascido em 26/06/1971, natural de Itacoatiara – AM; Pai: Jeová Araújo de Andrade, Mãe: Neuza Soares de Andrade, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 0891121-5, CPF nº 698.984.722-00, andradesilva.adelaide@gmail.com

SEGUNDO TESOUREIRO: Sra. Orlenice Silva e Silva, brasileira, solteira, agricultora; nascida em 16/12/1999, natural de Rio Preto da Eva – AM, Pai: José Nobre da Silva, Mãe: Ocineia Souza da Silva, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 2988504-3, CPF nº 048.124.692-44, orlenicesilva3@gmail.com

CONSELHO FISCAL:

PRIMEIRO CONSELHEIRO: Sra. Maria Fernanda da Silva Leal, brasileira, solteira, agricultora; nascida em 27/12/2003, natural de Manaus – AM, Pai: Walter Fernandes da Silva Leal, Mãe: Edilene da Silva Leal, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas.



CEP nº 69.001-009, RG nº 3283981-2, CPF nº 044.952.802-50, marialealoficial19@gmail.com

PRIMEIRO SUPLENTE: Sra. Naize dos Santos Souza, brasileira, solteira, agricultora; nascido em 11/03/2003, natural de Manaus – AM, Pai: José Lima de Souza, Mãe: Maria Ilaeni Cordeiro dos Santos, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 3512933-6, CPF nº 705.861.672-85, naizesantos535@gmail.com

SEGUNDO CONSELHEIRO: Sra. Lucélia Nascimento da Cruz e Silva, brasileira, casada, agricultora; nascida em 28/04/1980, natural de Manaus – AM, Pai: Roberto Marques da Cruz, Mãe: Alaercy Nascimento da Cruz, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1453619-6, CPF nº 633.293.282-15, lucelia_rafaela@outlook.com

SEGUNDO SUPLENTE: Sra. Leticy da Silva Nascimento, brasileira, solteira, agricultora; nascida em 20/07/1976, natural de Rio Preto da Eva – AM, Pai: José Batista do Nascimento, Mãe: Elizabeth da Silva do Nascimento, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1176264-0, CPF nº 774.714.902-68, leticydasilvanascimento@gmail.com

CONSELHO TÉCNICO:

COORDENADOR: Sr. Daniel Leandro da Silva, brasileiro, solteiro, agricultor e assistente social; nascido em 30/06/1984, natural de Manaus – AM, Pai: Francisco Holanda da Silva, Mãe: Maria da Conceição Leandro da Silva, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1688225-3, CPF nº 831.278.952-91, leandaniel@gmail.com



PRIMEIRO ADJUNTO: Sra. Gisele da Silva Pessoa, brasileira, divorciada, contadora, nascida em 16/06/1985, natural de Itacoatiara – AM, Pai: Francisco Alberto Nobre Pessoa, Mãe: Maria da Conceição Silva Pessoa, residente na Av. Frederico Baird, Nº 621, Condomínio Reserva do Parque, Casa 307, Ponta Negra, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.037-144, RG nº 1997045-5, CPF nº 904.111.102-68, giselepessoa27@gmail.com

SEGUNDO ADJUNTO: Sr. Mateus de Andrade da Silva, brasileiro, solteiro, médico veterinário / docente; nascido em 25/02/1998, natural de Rio Preto da Eva – AM, Pai: Paulo Leandro da Silva, Mãe: Adelaide de Andrade da Silva, residente na rua Ouro Preto, Nº 423, Coroado, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.080-430, RG nº 2988992-8, CPF nº 014.926.612-01, mateus.andrade.medvet@gmail.com

TERCEIRO ADJUNTO: Sra. Katy Anne Alves de Oliveira, brasileira, solteira, publicitária, nascida em 28/07/1987, natural de Manaus – AM, Pai: Francisco Costa de Oliveira, Mãe: Delcilene de Oliveira Alves, residente na rua Ocidente, Nº 02, Colônia Terra Nova, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.093-763, RG nº 1862892-3, CPF nº 935.727.192-91, kattyanne_oliver@hotmail.com

QUARTO ADJUNTO: Sra. Silvia Christina Domingues de Abreu, brasileira, divorciada, Engenheira Agrônoma; nascida em 10/02/1970, natural de Manaus - AM, Pai: Adalberto Pontes de Abreu, Mãe: Yeth Domingues de Abreu, residente na rua C 17, Nº 11, Conjunto Ajuricaba, Município de Carapicuíba, Estado do Amazonas. CEP nº 69.048-600, RG nº 898.943-5, CPF nº 336775.812-49, silviacdabreu@gmail.com

QUINTO ADJUNTO: Sra. Patrícia de Almeida O'Reilly, brasileira, divorciada, arquiteta e urbanista; nascida em 13/02/1966, natural de Rio de Janeiro – RJ, Pai: Altamiro Felício O'Reilly, Mãe: Lilian Maria Ramos de Almeida, residente na rua José Guardino, Nº 360, Município de Carapicuíba, Estado do São Paulo. CEP nº 06.342-160, RG nº 8471140-1, CPF nº 089.718.598-65, patricia@atelieror.com

SECRETÁRIA EXECUTIVA:

**COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO:**

Sr. Adonias do Vale Silva, brasileiro, casado, agricultor; nascido em 11/01/1993, natural de Itacoatiara – AM, Pai: Arcelino Ferreira da Silva, Mãe: Luzia do Vale Silva, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 2676324-9, CPF nº 017.020.672-62, martha2silva552@gmail.com

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS:

Sra. Eriana de Queiroz Chagas Gomes, brasileira, casada, agricultora; nascida em 07/05/1994, natural de Manaus – AM, Pai: Erivelton de Araújo Chagas, Mãe: Ana Maria de Queiroz Chagas, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 2842150-7, CPF nº 701.413.742-50, erianaqueiroz@gmail.com

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO MEIO AMBIENTAL E TURISMO:

Sr. Luciano da Silva Gomes, brasileiro, casado, agricultor; nascido em 06/07/1988, natural de Itacoatiara – AM, Pai: Simões Sabino Gomes, Mãe: Maria Aparecida da Silva Gomes, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 2412509-1, CPF nº 003.579.972-20, gomesluciano749@gmail.com

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E

SUSTENTABILIDADE: Sr. Fabrício Nascimento da Cruz e Silva, brasileiro, solteiro, agricultor, nascido em 13/03/2004, natural de Manaus – AM, Pai: Fábio Leandro da Silva, Mãe: Lucélia Nascimento da Cruz e Silva, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 3283991-0, CPF nº 041.264.152-62, fabricio.cruzesilva@ycloud.com

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÃO E

COMERCIALIZAÇÃO: Sr. Manuel Leandro da Silva, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 10/09/1976, natural de Manaus – AM, Pai: Francisco Holanda da Silva, Mãe: Maria da Conceição Leandro da Silva, residente na Comunidade São



Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1289131-2, CPF nº 529.066.392-49, leandromanuel813@gmail.com

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER: Sr. Jeová dos Santos Souza, brasileiro, solteiro, agricultor, nascido em 10/06/2001, natural de Manaus – AM, Pai: José Lima de Souza, Mãe: Maria Ilaeni Cordeiro dos Santos, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 3664771-3, CPF nº 705.861.782-10, js.jeovasouza19@gmail.com

COORDENADOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER: Sr. Ediomar Barbosa de Lima, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 04/12/1975, natural de Manaus – AM, Pai: Alrimar Alves de Lima, Mãe: Francisca Barbosa de Lima, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1382478-3, CPF nº 668.167422-49.

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO: Sr. Fábio Leandro da Silva, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 14/10/1975, natural de Manaus – AM, Pai: Francisco Holanda da Silva, Mãe: Maria da Conceição Leandro da Silva, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1192389-0, CPF nº 582.209.682-49, fabiolucelia@gmail.com

COORDENADOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO: Sr. Sílvio César Nascimento de Oliveira, brasileiro, solteiro, agricultor, nascido em 29/07/1975, natural de Manaus – AM, Pai: Manoel Ramos de Oliveira, Mãe: Maria do Carmo Batista de Oliveira, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1392529-6, CPF nº 770.271.242-20, silviocezaolvera2010@gmail.com

**COORDENADORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO E**

MANUTENÇÃO: Sra. Lucélia Nascimento da Cruz e Silva, brasileira, casada, agricultora; nascida em 28/04/1980, natural de Manaus – AM, Pai: Roberto Marques da Cruz, Mãe: Alaercy Nascimento da Cruz, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1453619-6, CPF nº 633.293.282-15, lucelia_rafaela@outlook.com

COORDENADORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO E

MANUTENÇÃO: Sra. Maria de Nazaré da Silva Nascimento, brasileira, solteira, professora; nascida em 26/06/1978, natural de Manaus – AM, Pai: José Batista do Nascimento, Mãe: Elezabeth Campos da Silva, residente na Comunidade Santa Luzia do Tiririca, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1352890-4, CPF nº 609.441.962-68, maria-nazaré@hotmail.com

COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO CEMITÉRIO COMUNITÁRIO SÃO

FRANCISCO DO CARAMURI: Sr. João Moreira da Silva, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 20/03/1965, natural de Manaus – AM, Pai: Raimundo Sebastião da Silva, Mãe: Eunice Moreira da Silva, residente na Comunidade Santa Luzia do Tiririca, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 0751611-8, CPF nº 274.371.082-91.

A Diretoria Executiva Financeira, Conselho Fiscal, Conselho Técnico e a Secretária Executiva foram nomeados em função da alteração da estrutura administrativa, identificado e qualificado acima, com documentação pessoal em anexo, conforme determinado no estatuto terá o mandato de quatro (04) anos, iniciando em 02/2024 até 02/2028, com direito a reeleição aos cargos. Dando prosseguimento aos trabalhos, empossou-se os membros indicados para atender os objetivos previstos no Estatuto Social, no plano de trabalho e recadastramento dos associados em função do quadro associativo aprovado pelo presente estatuto, cujo segue em anexo com a lista de presença da assembleia geral extraordinária, uma vez aprovada a designação do Sr. Daniel Leandro da Silva, Diretor Presidente da ACASFC, para proceder ao registro da presente ata, estatuto e demais tramites documentais para



legalização e reconhecimento no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Comarca de Manaus. Em seguida apresentou-se o novo CEP: 69.001.009 em substituição do CEP: 69.020-282, para alteração no CNPJ da ACASFC, cujo endereço aponta para o centro da cidade de Manaus, divergindo do endereço correto da sede da ACASFC na zona rural. O Diretor Presidente Sr. Daniel Leandro da Silva reconheceu o apoio dos associados, desejou sucesso na nova gestão, agradeceu aos presentes pelo empenho e participação na Assembleia Geral Extraordinária; e solicitou a colaboração de todos no processo de continuidade, desenvolvimento e emancipação do associativismo na Comunidade por meio da ACASFC – Associação Comunitária Agrícola São Francisco do Caramuri. Nada mais tendo a deliberar, foi encerrada a reunião, cuja ata foi elaborada por mim Francilene Nascimento de Souza e em 2 (duas) vias de igual teor em 13 folhas digitadas e após reaberta a sessão, a mesma foi lida e aprovada e segue assinada pelo Presidente da Assembleia, por mim, secretária e por todos os demais presentes, que passam a ser considerados membros eleitos devendo proceder ao seu registro.

Manaus (AM), 25 de fevereiro de 2024.

Presidente da Assembleia: Daniel Leandro da Silva
Secretária da Assembleia: Francilene Nascimento de Souza

DIRETORIA EXECUTIVA

Daniel Leandro da Silva

Sr. Daniel Leandro da Silva
Diretor Presidente

Maria de Nazaré da Silva Nascimento

Sra. Maria de Nazaré da Silva Nascimento
Vice - Diretor Presidente

Francilene Nascimento de Souza

Sra. Francilene Nascimento de Souza
Primeiro Secretário (a)

Marta Lima da S. do Vale

Sra. Marta Lima da Silva do Vale
Segundo Secretário (a)

Adelaide de Andrade da Silva

Sra. Adelaide de Andrade da Silva
Primeiro Tesoureiro (a)

Orlenice Silva e Silva

Sra. Orlenice Silva e Silva,
Segundo Tesoureiro (a)

CONSELHO FISCAL

Maria Fernanda S. Leal

Sra. Maria Fernanda da Silva Leal
Primeiro Conselheiro (a)

Naize dos Santos Souza

Sra. Naize dos Santos Souza
Primeiro Suplente (a)

Lucélia N. da Cruz e Silva

Sra. Lucélia Nascimento da Cruz e Silva
Segundo Conselheiro (a)

Leticia da Silva N.

Sra. Leticia da Silva Nascimento
Segundo Suplente (a)

CONSELHO TÉCNICO

Daniel Leandro da Silva

Sr. Daniel Leandro da Silva
Assistente Social / CRESS 4814
Coordenador (a)

Gisele Silva Pessoa

Sra. Gisele Silva Pessoa
Contadora / AM-015266/O-7
Primeiro Adjunto (a)

Mateus de Andrade da Silva

Sr. Mateus de Andrade da Silva
Médico Veterinário / CRMV/AM01865
Segundo Adjunto (a)

Katy Anne Alves de Oliveira

Sra. Katy Anne Alves de Oliveira
Publicitária N/A
Terceiro Adjunto (a)

Silvia Christine Domingues de Abreu

Sra. Silvia Christina Domingues de Abreu
Engenheira Agrônoma / CREA – AM 6989-D
Quarto Adjunto (a)

gov.br
Documento assinado digitalmente
PATRICIA DE ALMEIDA O'REILLY
Data: 28/02/2024 13:00:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sra. Patrícia de Almeida O'Reilly
Arquiteta e Urbanista / CAU A48008-8
Quinto Adjunto (a)

SECRETARIA EXECUTIVA:

Adonias do Vale Silva

Sr. Adonias do Vale Silva
Coordenador do Departamento de
Administração e Patrimônio

Eriana de Queiroz Chagas Gomes

Sra. Eriana de Queiroz Chagas Gomes
Coordenador do Departamento de
Elaboração de Projetos Sociais
para Captação de Recursos

Luciano da Silva Gomes

Sr. Luciano da Silva Gomes
Coordenador do Departamento de
Meio ambiente e Turismo

Fabriceio Nascimento da Cruz e Silva

Sr. Fabrício Nascimento da Cruz e Silva
Coordenador do Departamento de
Agricultura e Sustentabilidade



Manuel Leandro da Silva

Sr. Manuel Leandro da Silva
Coordenador do Departamento de
Negociação e Comercialização

Jeová dos Santos Souza

Sr. Jeová dos Santos Souza
Coordenador do Departamento de
Esporte e Lazer

Ediomas Barbosa de Lima

Sr. Ediomas Barbosa de Lima
Coordenador Adjunto do Departamento de
Esporte e Lazer

Fábio Leandro da Silva

Sr. Fábio Leandro da Silva
Coordenador do Departamento de
Serviço e Manutenção

Silvio César Nascimento de Oliveira

Sr. Silvio César Nascimento de Oliveira
Coordenador Adjunto do Departamento
Serviço e Manutenção

Lucélia N. de Cruz e Silva

Sr. Lucélia Nascimento da Cruz e Silva
Coordenadora Adjunta do Departamento
de Serviço e Manutenção

Maria de Nazaré da Silva Nascimento

Sr. Maria de Nazaré da Silva Nascimento
Coordenadora Adjunta do Departamento
Serviço e Manutenção

João Moreira da Silva

Sr. João Moreira da Silva
Coordenador Administrativo do
Cemitério Comunitário

Rosângela Amorim da Silva

Sr. Rosângela Amorim da Silva
Advogada / OAB nº 5.760

Rosângela Amorim da Silva
Advogada
OAB/AM 5.760



Cartório RTD
da Conceição C. L. Junior
Substituto



**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO
CARAMURI - ACASFC**

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DATA: 25 DE FEVEREIRO DE 2024**

ITEM	ASSINATURA	CPF
1	Dr. da Conceição Leandro da Silva	334830942-53
2	Fábio Bezerra da Silva	582209682-49
3	Adelair de Andrade da Silva	698984722-00
4	Ademir do Vale Silva	057020672-62
5	Valdemir Norato da Silva	732.954.772-72
6	Manuel Leandro da Silva	529066392-49
7	Sélio Aguiar de Oliveira	770.271.242-20
8	Fabrizio Nascimento de Cruz e Silva	041-264-152-62
9	Carla Maria Oliveira de Almeida	524455932-04
10	Paulo Roberto de Andrade da Silva	014926312-05
11	Julma dos Santos Braga	050.960.132-74
12	Eliziana de Oliveira Chagas Gomes	701.413.742-50
13	Luciano da Silva Gomes	003.579.372-20
14	Israel Gomes de Oliveira	783.164.032-04
15	Wesley Norato de Cruz e Silva	833293282-15
16	Alvares Martins de Lima	373.214.242-00
17	Alexandra Martins Teixeira	991.476.022-87
18	Edsonnas Barbosa de Lima	668.167.422-49
19	Heráclito Barbosa de Souza	046.937.032-20
20	Helma Maria Amaral da Silva	788932012-68
21	Odineia Souza da Silva	699200102-78
22	Geovani dos Santos Souza	705.865.782-10
23	João Maurício da Silva	274371082-91
24	Leonardo de Almeida da Silva	026.926.912-61
25	Jose Nóbrega da Silva	631.189.712-15
26	Marta Lima da Silva do Vale	535.252.132-04
27	Maria Fernandina da Silva Lual	044.958.802-50
28	Dulcemir Silva e Silva	048.124.692-44
29	Fabiano Barbosa Pacheco	709.385.992-06
30	Franzilene Nascimento de Souza	041.461.372-41
31	Marina de Aguiar da Silva Nascimento	608.441.962-68

32	Donil Bumbo do Silva	831.278.952-91
33	Letícia da Silva Nascimento	774.714.902-68
34	Samaha da Silva de Lima	873.214.322-20
35	Maíze dos Santos Souza	705.861.672-85
36	Katry Anne Alves de Oliveira	938.727.192-91
37	Motus de Cinthia da Silva	012.926.612-01
38	Rosângela Amorim da Silva	313.402.612-00
39	Uziel Silva Pessoa	904.111.102-68
40	Silva Christine Rompuzole Alencar	336.775.812-49



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - MANAUS/AM	
VINCULADO	
Reg. Nº	74314 Livro "A" nº 1451

Ata da Assembleia Geral Extraordinária para remanejamento dos cargos da Diretoria Executiva da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI - ACASFC, Manaus – AM, realizada no dia quatro do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

Aos quatro dias do mês agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na sede sito Baixo Rio Preto da Eva, Lote 07, Médio Amazonas, zona rural ribeirinha, nesta Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP nº 69.001-009, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária para remanejamento dos Cargos da Diretoria Executiva da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI - ACASFC** para deliberação da seguinte pauta:

1. Remanejamento dos cargos da Vice-Diretora Presidente e da Segunda Tesoureira da Diretoria Executiva da Associação Comunitária Agrícola São Francisco do Caramuri - ACASFC.

Assumiu a presidência do trabalho, por aclamação unânime, o senhor Daniel Leandro da Silva, nacionalidade Brasileira, Estado Civil solteiro, profissão agricultor e assistente social, Cédula de Identidade (RG) n.º 1688225-3, CPF n.º 831.278.952-91 residente e domiciliado à Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, na Cidade de Manaus, Estado de Amazonas, convidando a mim, Francilene Nascimento de Souza, nacionalidade brasileira, Estado Civil, solteira, profissão agricultora, RG n.º 3284076-4, CPF n.º 041.461.372-41, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para secretariar a sessão, o que aceitei. Iniciando os trabalhos, o Presidente da Assembleia Sr. Daniel Leandro da Silva, relatou os fatos e motivos da convocação para assembleia geral extraordinária que deliberou a pauta de remanejamento dos cargos de Vice-Diretora Presidente e Segunda Tesoureiro, e manutenção do mandato atendendo a solicitação da atual Vice-Diretora Presidente Maria de Nazaré da Silva Nascimento que por motivos pessoais não continuará no exercício de sua função atual. O Sr. Daniel Leandro da Silva, fez uma breve explanação das atividades realizadas pela Vice-Diretora Presidente Maria de Nazaré da Silva Nascimento e pela Segunda Tesoureira Orlenice Silva e Silva e agradeceu pela parceria e apoio à frente dos cargos nos últimos anos. Diante do exposto, abriu-

se a pauta para discussão e votação do remanejamento dos cargos apresentados, tendo como indicação da Assembleia a permuta e o aceite entre as partes, a qual votou-se e aprovou-se por unanimidade entre os membros da Diretoria Executiva e demais associados participantes da assembleia para Vice-Diretora Presidente da ACASFC, Sra. Orlenice Silva e Silva e para Segunda Tesoureira Sra. Maria de Nazaré da Silva Nascimento. Em função das indicações e aprovações, o quadro de cargos da Diretoria fica assim definido até 02/2028:

DIRETORIA EXECUTIVA:

DIRETOR PRESIDENTE: Sr. Daniel Leandro da Silva, brasileiro, solteiro, agricultor e assistente social; nascido em 30/06/1984, natural de Manaus – AM, Pai: Francisco Holanda da Silva, Mãe: Maria da Conceição Leandro da Silva, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1688225-3, CPF nº 831.278.952-91, leandaniel@gmail.com

VICE - DIRETOR PRESIDENTE: Sra. Orlenice Silva e Silva, brasileira, solteira, agricultora; nascida em 16/12/1999, natural de Rio Preto da Eva – AM, Pai: José Nobre da Silva, Mãe: Ocineia Souza da Silva, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 2988504-3, CPF nº 048.124.692-44, orlenicesilva3@gmail.com

PRIMEIRO SECRETÁRIO: Sra. Francilene Nascimento de Souza, brasileira, solteira, agricultora; nascida em 29/01/1998, natural de Manaus – AM, Pai: Francisco Silvério de Souza, Mãe: Silvana Nascimento de Oliveira, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 3284076-4, CPF nº 041.461.372-41, ls.lennysouza29@gmail.com

SEGUNDO SECRETÁRIO: Sra. Marta Lima da Silva do Vale, brasileira, casada, agricultora; nascida em 30/08/1996, natural de Manaus – AM, Pai: Fábio Leandro da Silva, Mãe: Izaide Barbosa de Lima, residente na Comunidade São Francisco do

Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas.
CEP nº 69.001-009, RG nº 2360957-5, CPF nº 535.252.132-04,
martha2silva552@gmail.com

PRIMEIRO TESOUREIRO: Sra. Adelaide de Andrade da Silva, brasileira, casada, agricultora e agente comunitária de saúde; nascido em 26/06/1971, natural de Itacoatiara – AM, Pai: Jeová Araújo de Andrade, Mãe: Neuza Soares de Andrade, residente na Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 0891121-5, CPF nº 698.984.722-00, andradesilva.adelaide@gmail.com

SEGUNDO TESOUREIRO: Sra. Maria de Nazaré da Silva Nascimento, brasileira, solteira, professora; nascida em 26/06/1978, natural de Manaus – AM, Pai: José Batista do Nascimento, Mãe: Elezabeth Campos da Silva, residente na Comunidade Santa Luzia do Tiririca, S/N, zona rural ribeirinha, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP nº 69.001-009, RG nº 1352890-4, CPF nº 609.441.962-68, maria_nazaré_33@hotmail.com

A Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Técnico e a Secretária Executiva foram nomeados em função da alteração da estrutura administrativa, identificado e qualificado acima, conforme determinado no estatuto terá o mandato de quatro (04) anos, que se iniciou em 02/2024 até 02/2028, com direito a reeleição aos cargos. Dando prosseguimento aos trabalhos, empossou-se os membros indicados para atender os objetivos previstos no Estatuto Social e no plano de trabalho. Como parte da metodologia da Assembleia, segue em anexo a lista de presença da assembleia geral extraordinária, uma vez aprovada a designação do Sr. Daniel Leandro da Silva, Diretor Presidente da ACASFC, para proceder ao registro da presente ata, estatuto e demais tramites documentais para legalização e reconhecimento no 1º Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Comarca de Manaus. O presidente da sessão, fez uma breve pausa para elaboração do texto da ata, para posterior leitura e aprovação. Reaberta a sessão, a secretária leu o inteiro teor da ata para que todos tomassem conhecimento do seu teor. Colocada em discussão a mesma foi aprovada por unanimidade, a qual seguirá para registro no órgão competente. Nada mais tendo a deliberar, o presidente da sessão encerrou a reunião, agradecendo a



presença de todos, a qual será assinada por mim Francilene Nascimento de Souza, que secretariou a sessão, pelo presidente da sessão Daniel Leandro da Silva, e todos os demais presentes à assembleia.

Manaus (AM), 04 de agosto de 2024.

Presidente da Assembleia: Daniel Leandro da Silva
Secretária da Assembleia: Francilene Nascimento de Souza

DIRETORIA EXECUTIVA

Daniel Leandro da Silva Orlenice Silva e Silva
Sr. Daniel Leandro da Silva Sr. Orlenice Silva e Silva
Diretor Presidente Vice - Diretor Presidente

Francilene Nascimento de Souza Marta Lima da Silva do Vale
Sra. Francilene Nascimento de Souza Sra. Marta Lima da Silva do Vale
Primeiro Secretário (a) Segundo Secretário (a)

Adelaide de Andrade da Silva Maria de Nazaré da Silva Nascimento
Sra. Adelaide de Andrade da Silva Sra. Maria de Nazaré da Silva Nascimento
Primeiro Tesoureiro (a) Segundo Tesoureiro (a)

CONSELHO FISCAL

Maria Fernanda da Silva Leal Naize dos Santos Souza
Sra. Maria Fernanda da Silva Leal Sra. Naize dos Santos Souza
Primeiro Conselheiro (a) Primeiro Suplente (a)

Lucélia Nascimento da Cruz e Silva
Sra. Lucélia Nascimento da Cruz e Silva
Segundo Conselheiro (a)

Leticia da Silva Nascimento
Sra. Leticia da Silva Nascimento
Segundo Suplente (a)

CONSELHO TÉCNICO

Daniel Leandro da Silva
Sr. Daniel Leandro da Silva
Assistente Social / CRESS 4814
Coordenador (a)

Gisele Silva Pessoa
Sra. Gisele Silva Pessoa
Contadora / AM-015266/O-7
Primeiro Adjunto (a)

Mateus de Andrade da Silva
Sr. Mateus de Andrade da Silva
Médico Veterinário / CRMV/AM01865
Segundo Adjunto (a)

Katy Anne Alves de Oliveira
Sra. Katy Anne Alves de Oliveira
Publicitária N/A
Terceiro Adjunto (a)

Silvia Christina Domingues de Abreu
Sra. Silvia Christina Domingues de Abreu
Engenheira Agrônoma / CREA – AM 6989-D
Quarto Adjunto (a)

Documento assinado digitalmente
gov.br PATRICIA DE ALMEIDA O'REILLY
Data: 10/12/2024 12:47:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Sra. Patrícia de Almeida O'Reilly
Arquiteta e Urbanista / CAU A48008-8
Quinto Adjunto (a)

SECRETARIA EXECUTIVA:

Adonias do Vale Silva
Sr. Adonias do Vale e Silva
Coordenador do Departamento de
Administração e Patrimônio

Eriana de Q. Chagas Gomes
Sra. Eriana de Queiroz Chagas Gomes
Coordenador do Departamento de
Elaboração de Projetos Sociais
para Captação de Recursos

Luciano da Silva Gomes
Sr. Luciano da Silva Gomes
Coordenador do Departamento de
Meio ambiente e Turismo

Fabrizio Nascimento da Cruz e Silva
Sr. Fabrício Nascimento da Cruz e Silva
Coordenador do Departamento de
Agricultura e Sustentabilidade

Manuel Leandro da Silva

Sr. Manuel Leandro da Silva
Coordenador do Departamento de
Negociação e Comercialização

Jeová dos Santos Souza

Sr. Jeová dos Santos Souza
Coordenador do Departamento de
Esporte e Lazer

Ediomar Barbosa de Lima

Sr. Ediomar Barbosa de Lima
Coordenador Adjunto do Departamento de
Esporte e Lazer

Fábio Leandro da Silva

Sr. Fábio Leandro da Silva
Coordenador do Departamento de
Serviço e Manutenção

Silvio César Nascimento de Oliveira

Sr. Silvio César Nascimento de Oliveira
Coordenador Adjunto do Departamento
Serviço e Manutenção

Lucélia Nascimento da Cruz e Silva

Sr. Lucélia Nascimento da Cruz e Silva
Coordenadora Adjunta do Departamento
de Serviço e Manutenção

Maria de Nazaré da Silva Nascimento

Sr. Maria de Nazaré da Silva Nascimento
Coordenadora Adjunta do Departamento
Serviço e Manutenção

João Moreira da Silva

Sr. João Moreira da Silva
Coordenador Administrativo do
Cemitério Comunitário

Rosângela Amorim da Silva

Sr. Rosângela Amorim da Silva
Advogada / OAB nº 5.760

Rosângela Amorim da Silva
Advogada
OAB/AM 5.760



João Moreira da Silva
Substituto

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI - ACASFC

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REMANEJAMENTO DOS CARGOS DA DIRETORIA DA ACASFC

DATA: 04 DE AGOSTO DE 2024 / HORÁRIO: 09H00

ITEM	ASSINATURA	CPF
1	Daniel Leonardo do Silva	831.278.952-91
2	Raulo Gustavo de Almeida da Silva	014.926.812-05
3	Ericana de A. Chagas Gomes	701.413.712-50
4	Luciana do Amaral Gomes	803.573.372-20
5	Marta L. da Silva do Vale	535.252.132-04
6	Marcelo Nascimento de Oliveira	996.968.512-00
7	Colmeiro de Vale Silva	017.020.672-62
8	Sélio Azor de Oliveira	770.271.242-20
9	Francilene Nascimento de Souza	041.461.372-41
10	Fabiano Barbosa Pacheco	709.385.592-06
11	Maria Raimunda dos S. da Silva	996-988-542-15
12	Maura Lima Roque da Silva	901.058.502-68
13	Georri dos Santos Souza	705.861.782-10
14	Quinea Souza da Silva	698-200-102-78
15	Fabio dos Santos Braga	010.960.132-74
16	Jose Nóbrega da Silva	631.189.712-15
17	Leonardo de Almeida da Silva	026.926.912-61
18	Dalene Silva e Silva	048.124.692-44
19	Enear Gomes de Moura	723.164.032-04
20	Sandra da Silva de Lima	873.214.322-20
21	Márcia Conceição Leandro da Silva	334.830.942-53
22	Frederico Borja Costa de Souza	046.937.012-20
23	Alexandra Mantem Teixeira	991.476.022-87



24	Adelair de Andrade da Silva	698.984.722-00
25	Isma maria D. de Almeida	524.455.932-04
26	João marcos da Silva	274.371.082-91
27	Me de reparo da Silva nascimento	609.441.962-68
28	Manuel Bezerra da Silva	529.066.392-49
29	Selma Maria Amaral da Silva	798.932.012-68
30	Uziel Silva Pessoa	904.111.102-68
31	Silva Plurimino Dompes de Azeu	336.775.812-49
32	Koty Anne dos Reis Ilizine	935.727.492-91
33	Rosângela	313.402.612-00
34	Maria Fumanda da Silva Real	044.958.802-50
35	Lucia Nascimento de Luz e Silva	633.293.282-15
36	Fábio Bezerra da Silva	582.209.682-49
37	Galvão Nascimento do Cruz e Silva	041.264.152-62
38	naize dos Santos Souza	705.861-672-85
39	Matheus de Andrade da Silva	014.926.612-01
40	Leonardo nascimento e Silva	054.759.582-46
41	Ariana martim de Lima	873.214.242-00
42	Edimar Barbosa de Lima	668.167.422-49
43	Letícia da Silva nascimento	774.714.902-68
44	Valdemir Norato da Silva	732.954.772-72
45	Lucas Nascimento e Silva	037.316.242-14
46	William nascimento e Silva	048.330.962-58



Ata da Assembleia Geral Extraordinária para alteração do Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI - ACASFC, Manaus – AM, realizada no dia quatro do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

Aos quatro dias do mês agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, na sede sito Baixo Rio Preto da Eva, Lote 07, Médio Amazonas, zona rural ribeirinha, nesta Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP nº 69.001-009, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária para promover alterações pontuais no estatuto social da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI - ACASFC**, para deliberação da seguinte pauta:

1. Alteração dos CNAES no artigo nº 04, exclusão do seu inciso III no artigo 54, exclusão do seu inciso II no artigo 56 e alteração do inciso III do artigo 94 do Estatuto Social da Associação Comunitária Agrícola São Francisco do Caramuri - ACASFC.

Assumiu a presidência do trabalho, por aclamação unânime, o senhor Daniel Leandro da Silva, nacionalidade Brasileira, Estado Civil solteiro, profissão agricultor e assistente social, Cédula de Identidade (RG) n.º 1688225-3, CPF n.º 831.278.952-91 residente e domiciliado à Comunidade São Francisco do Caramuri, S/N, na Cidade de Manaus, Estado de Amazonas, convidando a mim, Francilene Nascimento de Souza, nacionalidade brasileira, Estado Civil, solteira, profissão agricultora, RG n.º 3284076-4, CPF n.º 041.461.372-41, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para secretariar a sessão, o que aceitei. O Presidente da Assembleia Sr. Daniel Leandro da Silva, relatou que a convocação da assembleia geral extraordinária foi realizada para alteração dos referidos artigos atendendo a solicitação da Diretoria Executiva referente a burocracia nos bancos conveniados e as instabilidades de acesso aos aplicativos bancários causando transtornos e gastos financeiros desnecessários a tesouraria da ACASFC. Diante do exposto, abriu-se a pauta para discursão e votação sobre as alterações dos CNAES no artigo 4, exclusão dos referidos incisos dos artigos 54 e 56 e a alteração do inciso do artigo 94, sendo aprovado por unanimidade entre os membros da Diretoria Executiva e demais associados participantes da assembleia geral extraordinária. Em função das



sugestões e aprovações, os artigos do Estatuto Social Consolidado da ACASFC ficam assim definido:

Artigo 4º - A finalidade da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI consiste em:

- I - 9499-5/01 - Atividades de organizações associativas de defesa dos direitos sociais,
- II - 9411-1/00 - Atividades de associações patronais e empresariais,
- III - 8800-6/00 - Serviços de Assistência social,
- IV - 9499-5/00 - Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente,
- V - 9499-5/00 - Desenvolver programa de geração de renda nas comunidades,
- VI - 94.99-9/01 - Atividades de associações de moradores
- VII - 8800-6/00 - Centro de orientação familiar,
- VIII - 94.99-9/02 - Atividades de associações de classe
- IX - 94.30-0/06 - Atividades de associações esportivas
- X - 94.30-0/04 - Atividades de associações de promoção da saúde
- XI - 94.30-0/01 - Atividades de associações de proteção e defesa do meio ambiente
- XII - 94.30-0/05 - Atividades de associações de caráter cultural
- XIII - 9493-6/00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte,
- XIV - 94.30-0/03 - Atividades de associações de pessoas com necessidades especiais
- XV - 8650-0/99 - Atividade de profissionais da área da saúde não especificadas anteriormente;
- XVI - 8230-0/01 - Organização de feiras, congressos, exposições e festas,
- XVII - 6470-1/01 - Fundo de investimento incentivado para interesse social,
- XVIII - 8299-7/05 - Serviços de levantamento de fundos para organizações filantrópicas,
- XIX - 6499-9/00 - Concessão de crédito OSCIP,
- XX - 7490-1/99 - Consultoria em questão de sustentabilidade do meio ambiental,
- XXI - 0161-0/99 - Atividades de apoio à agricultura familiar;
- XXII - 0161-0/03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita,

- XXIII - 8599-6/04 - Treinamento e desenvolvimento profissional,
- XXIV - 8800-6/00 - Centro de reabilitação profissional para desempregados,
- XXV - 7990-2/00 - Serviço de turismo de base comunitária rural,
- XXVI - 8650-0/02 - Serviços de nutrição,
- XXVII - Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito,
- XXVIII - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar,
- XXIX - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza,
- XXX - Desenvolver programas em parceria, estágios, residência, estudos, projetos, extensão e pesquisas com faculdades, universidade, escolas técnicas e profissionalizantes,
- XXXI - Integrar com programas oficiais com o setor governamental,
- XXXII - Promover o voluntariado e o serviço comunitário,
- XXXIII - Organização de feiras, congressos, exposições e festas,
- XXXIV - Fundo de investimento incentivado para interesse social,
- XXXV - Serviços de levantamento de fundos para organizações filantrópicas,
- XXXVI - Atividades de apoio à agricultura familiar, serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita, Serviço de turismo de base comunitária rural,
- XXXVII - Desenvolver atividades esportivas, produção e promoção de eventos esportivos, atividades de recreação e lazer.
- XXXVIII - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

(...)

Artigo 54 – Compete ao diretor presidente da diretoria executiva:

- I – representar e responder pela **ACASFC**,
- II – presidir reuniões e assembleias
- III – administrar a **ACASFC**, em conjunto com a secretaria executiva,
- IV - definir planos de trabalho, em conjunto com a diretoria executiva,
- V - responder judicial e extrajudicialmente pela gestão.

(...)

Artigo 56 - Compete ao primeiro tesoureiro da diretoria executiva:

- I – organizar a contabilidade,



- II – montar balanço anual e os balancetes,
- III – proceder ao recebimento e pagamentos,
- IV – substituir o diretor presidente nas suas faltas e impedimentos.

(...)

Artigo 94 - Para a extinção da **ACASFC**, o processo consiste em:

- I – deverá ser convocada uma assembleia extraordinária especialmente para extinção, com antecedência mínima de trinta (30) dias corridos, pela imprensa local,
- II – a deliberação ocorrerá com dois terços dos presentes
- III – sendo resolvido à extinção, o patrimônio e os bens, satisfeitos as obrigações, serão destinados a uma instituição congênere, ou na sua falta, ao poder público, como determinado na lei municipal, estadual e federal pertinente.

Dando prosseguimento aos trabalhos para proceder ao registro da presente ata, com alteração do Estatuto Social Consolidado da ACASFC e demais tramites documentais para legalização e reconhecimento no 1º Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Comarca de Manaus. O Diretor Presidente Sr. Daniel Leandro da Silva ressaltou a relevância do apoio dos associados, desejou êxito no prosseguimento da gestão atual, agradeceu aos presentes pelo empenho e participação na Assembleia Geral Extraordinária; e solicitou a colaboração de todos no processo de continuidade, desenvolvimento e emancipação do associativismo na Comunidade por meio da Associação Comunitária Agrícola São Francisco do Caramuri - ACASFC. Colocada em votação, a pauta da AGE, foi integralmente aprovada por todos os presentes, a qual será inserida no texto do estatuto social consolidado, e seguirá para registro no órgão competente. Nada mais tendo a deliberar, foi encerrada a reunião, cuja ata foi elaborada por mim Francilene Nascimento de Souza, que secretariou a sessão, pelo presidente da sessão e pelos demais membros associados que estiveram presentes na sessão conforma lista de presença.

Manaus (AM), 04 de agosto de 2024.

Presidente da Assembleia: Daniel Leandro da Silva
Secretária da Assembleia: Francilene Nascimento de Souza

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI - ACASFC

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA
ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ACASFC
DATA: 04 DE AGOSTO DE 2024 / HORÁRIO: 10H00

ITEM	ASSINATURA	CPF
1	Daniel Leonardo do Silva	831.278.952-91
2	Pablo Giovanni de Andrade da Silva	014.926.312-05
3	Leandro do Elye Gomes	003.579.972-20
4	Ericiana de A. Chagas Gomes	701.113.712-50
5	Marta W. da Silva do Vale	536.252.132-04
6	Marcelo Nascimento da Oliveira	996.968.512-00
7	Adriano do Vale Silva	017.020.672-62
8	Silvio e Silva n. de Oliveira	770.271.742-70
9	Francilene Nascimento de Souza	041.461.372-41
10	Fabiano Barbosa Pacheco	709.385.592-06
11	Maria Raimunda dos S. da Silva	996.988.542-15
12	Marcos Cunha Roque da Silva	801.058.502-68
13	Leandro dos Santos Souza	705.861.782-10
14	Dineia Souza da Silva	689.200.102-78
15	John dos Santos Braga	080.860.132-74
16	Rose Nobre do Silva	631.189.712-15
17	Leonardo de Azevedo da Silva	026.926.912-61
18	Orlenice Silva e Silva	048.124.692-44
19	Emaz Gomes de Moura	723.164.032-04
20	Samira da Silva de Lima	873.214.322-20
21	Dr. da Conceição Leonardo da Silva	334.830.942-53
22	Henrique Botelho e Silva	046.937.012-20
23	Eleonora Martins Teixeira	991.476.022-87



24	Adelaide de Andrade da Silva	698.984.722-00
25	Ana Maria O. de Almeida.	524.455.932-04
26	João Maria da Silva	274.371.082-91
27	Me de Njari da Silva Nrimanto	609.441.962-68
28	Manuel Leonardo da Silva	529.066.392-49
29	Silma Maria Amaral da Silva	798.932.012-68
30	Uiriele Silva Pessoa	904.111.102-68
31	Silva Christina Pompeu de Moura	336.775.812-49
32	Koty Anne Aguiar Ilizine	935.727.192-91
33	Rosângela	313.402.612-00
34	Maria Fernanda da Silva Leal	044.958.802-50
35	Ducile Nascimento de Cruz e Silva	633.293.282-15
36	Fábio Leandro da Silva	582.209.682-49
37	Flavio Nascimento do Cruz, Silva	041.264.152-62
38	naize dos Santos Souza	705.861.672-85
39	Matheus de Andrade da Silva	014.926.612-01
40	Leandro Nascimento e Silva	054.759.582-46
41	Ariane Martins de Lima	873.214.242-00
42	Ediomas Barbosa de Lima	668.167.422-49
43	Letícia da Silva nascimento	774.714.902-68
44	Valdemir Norato da Silva	732.954.772-72
45	Lucas Nascimento e Silva	037.316.242-14
46	Kilian nascimento e Silva	048.110.962-58



Cartório RTD/PJ
José da Silva Lopes Júnior
Substituto

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA ACASFC



MANAUS – AM



Estatuto Social Consolidado da
**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO
DO CARAMURI
ACASFC**

ÍNDICE

Capítulo I	Da denominação, duração, fins, natureza e sede
Capítulo II	Do quadro de associados
Capítulo III	Da admissão, suspensão, exclusão e demissão
Capítulo IV	Do direito e deveres do associado
Capítulo V	Da estrutura administrativa
Capítulo VI	Das assembleias
Capítulo VII	Do conselho de administração
Capítulo VIII	Do conselho fiscal
Capítulo IX	Do conselho dos profissionais
Capítulo X	Da secretaria executiva
Capítulo XI	Do processo eletivo
Capítulo XII	Da receita e patrimônio
Capítulo XIII	Dos livros
Capítulo XIV	Das disposições gerais
Capítulo XV	Das disposições transitórias



Estatuto Social Consolidado da
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO
DO CARAMURI
ACASFC

Capítulo I

Da denominação, duração, fins, natureza e sede

Artigo 1º - A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI fundada em 04/10/1995 é uma associação sem fins econômicos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, com CNPJ nº 01.639.454/0001-70, constituído em 22/01/1997, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Artigo 2º - A sede administrativa da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI fica à Baixo Rio Preto da Eva, Lote 07 Médio Amazonas, Zona Rural Ribeirinha, município de Manaus, Estado do Amazonas, CEP nº 69.001-009.

Artigo 3º - O prazo de duração da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI é indeterminado.

Artigo 4º - A finalidade da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI consiste em:

- I - 9499-5/01 - Atividades de organizações associativas de defesa dos direitos sociais,
- II - 9411-1/00 - Atividades de associações patronais e empresariais,
- III - 8800-6/00 - Serviços de Assistência social,
- IV - 9499-5/00 - Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente,
- V - 9499-5/00 - Desenvolver programa de geração de renda nas comunidades,
- VI - 94.99-9/01 - Atividades de associações de moradores
- VII - 8800-6/00 - Centro de orientação familiar,
- VIII - 94.99-9/02 - Atividades de associações de classe
- IX - 94.30-0/06 - Atividades de associações esportivas
- X - 94.30-0/04 - Atividades de associações de promoção da saúde
- XI - 94.30-0/01 - Atividades de associações de proteção e defesa do meio ambiente
- XII - 94.30-0/05 - Atividades de associações de caráter cultural
- XIII - 9493-6/00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte,
- XIV - 94.30-0/03 - Atividades de associações de pessoas com necessidades especiais
- XV - 8650-0/99 - Atividade de profissionais da área da saúde não especificadas anteriormente;
- XVI - 8230-0/01 - Organização de feiras, congressos, exposições e festas,
- XVII - 6470-1/01 - Fundo de investimento incentivado para interesse social,
- XVIII - 8299-7/05 - Serviços de levantamento de fundos para organizações filantrópicas,
- XIX - 6499-9/00 - Concessão de crédito OSCIP,
- XX - 7490-1/99 - Consultoria em questão de sustentabilidade do meio ambiental,
- XXI - 0161-0/99 - Atividades de apoio à agricultura familiar;
- XXII - 0161-0/03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita,

- XXIII - 8599-6/04 - Treinamento e desenvolvimento profissional,
- XXIV - 8800-6/00 - Centro de reabilitação profissional para desempregados,
- XXV - 7990-2/00 - Serviço de turismo de base comunitária rural,
- XXVI - 8650-0/02 - Serviços de nutrição,
- XXVII - Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito,
- XXVIII - Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar,
- XXIX - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza,
- XXX - Desenvolver programas em parceria, estágios, residência, estudos, projetos, extensão e pesquisas com faculdades, universidade, escolas técnicas e profissionalizantes,
- XXXI - Integrar com programas oficiais com o setor governamental,
- XXXII - Promover o voluntariado e o serviço comunitário,
- XXXIII - Organização de feiras, congressos, exposições e festas,
- XXXIV - Fundo de investimento incentivado para interesse social,
- XXXV - Serviços de levantamento de fundos para organizações filantrópicas,
- XXXVI - Atividades de apoio à agricultura familiar, serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita, Serviço de turismo de base comunitária rural,
- XXXVII - Desenvolver atividades esportivas, produção e promoção de eventos esportivos, atividades de recreação e lazer.
- XXXVIII - Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Artigo 5º - A fim de cumprir as suas finalidades, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI**, poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação e articular-se de forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas nacionais e estrangeira, assim como, com empresas.

Artigo 6º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI**, para sua identificação poderá adotar logomarca e poderá ser denominada simplesmente de **ACASFC**.

Artigo 7º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI** poderá desenvolver atividades em todo território nacional em forma de filial, mantida ou licenciado.

Capítulo II

Dos Associados

Artigo 8º - O quadro de associado da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI** é ilimitado, constituído da seguinte classificação:

- I - associado mantenedor,
- II - associado efetivo,
- III - associado contribuinte,
- IV - associado voluntário,
- V - associado profissional,
- VI - associado benemérito,



- VII – associado patrocinador,
- VIII – associado institucional.

Artigo 9º - É associado mantenedor, pessoa física ou jurídica, que venha assumir o compromisso de manter a ACASFC, e que venha a pagar anuidades.

Artigo 10 - É associado efetivo, pessoa física, associado contribuinte, que tenha participado das atividades da ACASFC, por prazo não inferior a um (01) ano consecutivo, sem faltas ou sanções administrativas, o qual será convidado a compor a categoria, a convite da Diretoria Executiva e que venha a pagar anuidades.

Artigo 11 - É associado contribuinte, pessoa física, que venha a solicitar a sua adesão após assembléia de constituição e que venha a pagar anuidades.

Artigo 12 - É associado voluntário, pessoa física que venha a compor os serviços voluntários da ACASFC, no desenvolvimento de suas atividades, estando isento de pagamentos das anuidades.

Artigo 13 - É associado profissional, todos os profissionais de diversos setores a fins que venha a participar do projeto ou programa da ACASFC, estando isento de pagamentos das anuidades.

Artigo 14 - É associado benemérito, pessoa física que tenha prestado serviços relevantes a ACASFC que seja por atividade voluntária, quer seja por doações e contribuições, estando isento de pagamento de anuidades.

Artigo 15 - É associado patrocinador, pessoa jurídica que patrocina as atividades da ACASFC, de forma constante ou periódica, que venha a pagar anuidades ou não.

Artigo 16 - É associado institucional, todas as pessoas jurídicas da ACASFC, do primeiro, segundo e terceiro setor, autarquias ou estabelecimentos de ensino, que venha a participar e não pagam anuidade.

Artigo 17 - Uma pessoa pode participar de mais de uma categoria de associado, podendo optar.

Capítulo III

Da admissão, suspensão, exclusão e demissão

Artigo 18 - Para admissão do associado, o mesmo deverá preencher uma ficha cadastral, a qual será analisada pela Diretoria Executiva, e uma vez aprovado será informado seu número de matrícula e a categoria a que pertence.

Artigo 19 - O convite para efetivar o associado contribuinte, será em forma de avaliação, sendo encaminhado pela Diretoria Executiva e homologado pela assembléia geral, ao ter cumprido o prazo de um (01) ano de associado, conforme o artigo 10 do presente estatuto.

Artigo 20 - Quando um associado infringir o presente estatuto ou venha a exercer atividades que comprometa a ética, moral ou aspecto financeiro da ACASFC, será passível de sanções da seguinte forma:



- I – advertência por escrito;
- II – suspensão dos seus direitos por tempo determinado;
- III – exclusão do quadro de associado

Artigo 21 - A advertência por escrito será elaborada pela Diretoria Executiva, com aviso de recebimento, informando o motivo.

Artigo 22 - Ocorrendo à repetição do fato, o associado será suspenso dos seus direitos, por um prazo não superior a cento e cinquenta (150) dias corridos, pela Diretoria Executiva, com exposição de motivos.

Artigo 23 - Perdurando o fato, ou que venha a cometer mais transtornos, no prazo de doze (12) meses corridos, o associado será conduzido pela Diretoria Executiva a pautar junto à assembleia geral extraordinária, sugerindo a sua exclusão.

Artigo 24 - Quando do encaminhamento do associado para sua exclusão, o mesmo terá direito o defesa na assembleia.

Artigo 25 - O associado excluído poderá retornar ao quadro de associado, após quatro (04) anos de afastamento, estando sujeito a sabatina pela assembleia geral extraordinária.

Parágrafo único:

Quando da sua readmissão o candidato estará sujeito às recomendações vigentes no estatuto e demais normas internas.

Artigo 26 - Para demissão espontânea do associado, basta o mesmo encaminhar a solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo, através de uma correspondência, dirigida à secretaria da ACASFC ou presente em assembleia ordinária.

Artigo 27 - O associado que venha a solicitar sua demissão espontânea, poderá retornar ao quadro de associado a qualquer momento, exceto quando houver um precedente administrativo pendente, quando do seu afastamento.

Artigo 28 - Quando ocorrer falta grave, por parte do associado, que venha a comprometer a ACASFC, a Diretoria Executiva, poderá excluí-lo, sem a necessidade de advertência ou suspensão.

Artigo 29 - Todo associado encaminhado para exclusão, terá direito à defesa na assembleia extraordinária.

Artigo 30 - Quando o associado profissional, deixar de exercer a atividade profissional o mesmo poderá manter como associado, mas em outra categoria.

Capítulo IV

Dos direitos e deveres do associado

Artigo 31 - São direitos do associado:

- I – freqüentarem a sede da ACASFC;
- II - usufruir os serviços oferecidos pela ACASFC;



- III – participar das assembleias ordinárias e extraordinárias;
- IV – aos associados mantenedores e efetivos de se candidatar a cargos eletivos, seja na diretoria executiva ou no conselho fiscal.

Artigo 32 - São deveres do associado:

- I – acatar as decisões da assembleia ordinárias e extraordinárias;
- II – atender os objetivos e finalidades da ACASFC;
- III – zelar pelo nome da ACASFC;
- IV – participar das atividades da ACASFC.

Artigo 33 - Os associados mantenedores e efetivos poderão pleitear a cargos eletivos, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 34 - Os associados poderão formar grupos de trabalho independente da estrutura administrativa, para desenvolver atividades como:

- I – serviços de voluntariado;
- II – realização de eventos culturais, esportivos e de confraternização;
- III – grupos de estudos e pesquisas,
- IV – grupos de debates,

Parágrafo único:

Para realização das atividades, basta comunicar à secretaria da ACASFC, indicando um responsável associado pelas atividades.

Capítulo V

Da estrutura administrativa

Artigo 35 - A ACASFC é composta dos seguintes órgãos para sua administração:

- I – assembleias
- II – diretoria executiva
- III – conselho fiscal
- IV – conselho técnico
- V – secretaria executiva

Artigo 36 - As assembleias poderão ser parciais, ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão.

Artigo 37 - A diretoria executiva é composto de seis (06) membros, eleitos entre os associados mantenedores e efetivos, com mandato de quatro (04) anos.

Artigo 38 - O conselho fiscal é composto no mínimo de dois (02) membros, eleitos entre os associados mantenedores, patrocinadores e efetivos, com mandato de quatros (04) anos.

Artigo 39 - O conselho técnico é constituído por profissionais de diversas áreas lotadas junto a ACASFC, com mandato de quatros (04) anos.

Artigo 40 - A secretaria executiva é voluntária, podendo ser associado ou não, sendo órgão de execução e acompanhamento.



Capítulo VI

Das Assembleias

Artigo 41 - As assembleias podem ser gerais ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão da ACASFC.

Artigo 42 - A assembleia geral extraordinária ocorrerá sempre na primeira quinzena do mês de fevereiro de cada ano, estendendo-se com prazo até março.

Artigo 43 - Compete à assembleia geral extraordinária:

- I – eleger membros da diretoria executiva, conselho fiscal, conselho técnico e secretaria executiva.
- II – aprovar planos de trabalho
- III – aprovar balanços e contas

Artigo 44 - A assembleia geral extraordinária, poderá se reunir quantas vezes for necessário, sempre que o assunto for de interesse da ACASFC.

Artigo 45 - Compete à assembleia geral extraordinária:

- I – discutir assuntos referentes a bens e patrimônios,
- II – alterar ou reformar o presente estatuto,
- III – dissolução da ACASFC,
- IV – exclusão do associado,
- V – destituição de membros da diretoria, dos conselhos e da secretaria executiva,
- VI - demais assuntos de relevância.

Artigo 46 - A convocação das assembleias poderão ser realizados da seguinte forma:

- I – por fixação de edital no quadro de aviso da secretaria da sede com antecedência mínima de quinze (15) dias corridos,
- II – e ou por meio de circular entre os associados com antecedência mínima de dez (10) dias corridos,
- III – e ou por publicação na imprensa local, com antecedência mínima de três (03) dias corridos,
- IV- e ou publicação em redes sociais, via internet, com antecedência mínima de três (3) dias corridos.

Artigo 47 - As deliberações das assembleias gerais poderão ser da seguinte forma:

- I – na primeira convocação com no mínimo da metade mais um dos associados em pleno gozo dos seus direitos
- II – a segunda convocação meia hora depois, com qualquer número de associados.

Parágrafo único:

As deliberações das assembleias serão em forma de votação com decisão de dois terços (2/3) dos presentes, inclusive com votação remota via redes sociais.

Artigo 48 - O edital de convocação das assembleias deverá conter:

- I – data da assembleia



- II – horário da assembléia
- III – local com endereço completo
- IV – pauta da assembléia

Artigo 49 - As assembléias gerais poderão ser convocadas pelo:

- I – diretoria executiva
- II – conselho fiscal,
- III – conselho técnico,
- IV – por um quinto (1/5) dos associados em pleno gozo dos seus direitos

Artigo 50 - Quando da votação de uma pauta em assembléia, todos os associados em pleno gozo dos seus direitos, poderão participar.

Capítulo VII

Da Diretoria Executiva

Artigo 51 - A diretoria executiva é composto dos seguintes cargos:

- I – diretor presidente
- II – vice-diretor presidente
- III – primeiro secretário
- IV – segundo secretário
- V – primeiro tesoureiro
- VI – segundo tesoureiro

Artigo 52 - Os membros da diretoria executiva são eleitos entre os associados efetivos, com pleno gozo dos seus direitos, com mandato de quatro (04) anos, com direito à reeleição.

Artigo 53 - Compete a diretoria executiva:

- I – representar a ACASFC aos seus atos
- II – convocar assembléias
- III – contratar e demitir funcionários
- IV – montar planos de trabalho
- V – administrar a ACASFC.

Artigo 54 - Compete ao diretor presidente da diretoria executiva:

- I – representar e responder pela ACASFC,
- II – presidir reuniões e assembléias
- III – administrar a ACASFC, em conjunto com a secretaria executiva,
- IV – definir planos de trabalho, em conjunto com a diretoria executiva,
- V – responder judicial e extrajudicialmente pela gestão.

Artigo 55 - Compete ao primeiro secretário da diretoria executiva:

- I – secretariar reuniões e assembleias
- II – arquivar documentos e correspondências
- III – manter sobre sua guarda os livros da ACASFC,
- IV – substituir o primeiro tesoureiro nas suas faltas e impedimentos.



Artigo 56 - Compete ao primeiro tesoureiro da diretoria executiva:

- I – organizar a contabilidade
- II – montar balanço anual e os balancetes
- III – proceder ao recebimento e pagamentos.
- IV – substituir o diretor presidente nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 57 - Compete ao vice-diretor presidente, ao segundo secretário, ao segundo tesoureiro substituir seus respectivos titulares nas suas faltas e impedimentos.

Capítulo VIII

Do Conselho Fiscal

Artigo 58 - O conselho fiscal é composto no mínimo de dois (02) membros, eleitos entre os associados mantenedores, patrocinadores e efetivos, com mandato de quatro (04) anos, com direito à reeleição, sendo composto de:

- I – titular,
- II – suplente.

Artigo 59 - Compete ao conselho fiscal:

- I – presidir reuniões e assembléias
- II – manifestar sobre alienação e venda de bens e patrimônios
- III – convocar reuniões e assembléias
- IV – manifestar sobre conduta dos associados
- V – manifestar sobre planos de trabalho,
- VI – constituir comissões específicas.

Artigo 60 - Aos titulares do conselho fiscal compete:

- I – convocar e presidir reuniões e assembléias
- II – assinar documentos relativos aos pareceres do conselho fiscal
- III – representar o conselho fiscal perante a Diretoria Executiva,
- IV – votar nas matérias de apreciação

Artigo 61 - Aos suplentes do conselho compete:

- I – substituir o titular nas faltas e impedimentos
- II – secretariar as reuniões e assembléias
- III – manter sobre sua guarda os livros e documentos relativos ao conselho fiscal
- IV – votar nas matérias de apreciação

Artigo 62 - O conselho fiscal poderá contratar serviços externos de terceiros para realizar auditorias e fornecer relatórios de avaliação dos programas e projetos.

Capítulo IX

Do conselho técnico



Artigo 63 – O conselho técnico é constituído pelos profissionais de diversos segmentos lotados na ACASFC, sendo composto de quatro (04) membros ou mais eleitos entre os profissionais, com mandato de quatro (04) anos, com direito à reeleição com seguintes cargos:

- I – um coordenador,
- II – três adjuntos ou mais.

Artigo 64 – Compete ao conselho técnico:

- I – definir programas e projetos,
- II – planejamento das atividades,
- III – propor formas de trabalho,
- IV – assessorar e orientar a formulação de programas e projetos,
- V – convocar reuniões e assembléias,
- VI – definir comissão de ética,
- VII – integrar as atividades com a comunidade, governo e instituições.

Artigo 65 – Compete ao coordenador do conselho técnico:

- I – organizar calendário de reuniões,
- II – convocar e presidir reuniões e assembléias,
- III – coordenar as atividades do conselho.

Artigo 66 – Compete aos adjuntos:

- I – secretariar os trabalhos do conselho,
- II – substituir o coordenador nas suas faltas e impedimentos,
- III – manter atas e documentos.

Artigo 67 – Os membros do conselho técnico poderão participar das reuniões da diretoria executiva e do conselho fiscal da ACASFC.

Capítulo X

Da Secretaria Executiva

Artigo 68 - A estrutura administrativa e organograma da secretaria executiva, será dimensionada conforme o volume de atividades a ser administrada, podendo variar em função do número de programas e projetos da ACASFC, podendo criar coordenação ou departamentos.

Artigo 69 - A secretaria executiva será voluntária ou contratada.

Parágrafo único:

Os cargos e funções da secretaria executiva serão exercidos por associados.

Artigo 70 - Compete à secretaria executiva:

- I - administrar a ACASFC sob comando da diretoria executiva,
- II – cadastrar documentação e encaminhar para segmentos interessados,
- III – organizar os planos de trabalho,
- IV – procurar meios de atualizar a ACASFC.

Capítulo XI



Do processo eletivo

Artigo 71 - Os cargos eletivos para diretoria executiva e conselho fiscal, são exclusivos dos associados mantenedores e efetivos, que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 72 - Os cargos eletivos para conselho técnico são formados especialmente pelos associados e não associados, profissional regularmente registrado.

Artigo 73 - A eleição ocorrerá em assembléia ordinária da seguinte forma:

- I - serão indicados dois membros entre os presentes para a condução da assembleia de eleição, que não sejam candidatos, uma vez não havendo, poderá ser qualquer membro da assembleia.
- II - para cada chapa candidata será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho,
- III - a votação será secreta, aberta para todos os associados de pleno gozo dos seus direitos em caso de chapas concorrentes,
- IV - os votos serão depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa do presidente,
- V - encerrada a votação, será realizado o escrutínio e a contagem dos votos,
- VI - após a contagem, será proclamada a chapa eleita.

Parágrafo único:

O processo de eleição do conselho técnico terá o mesmo procedimento, sendo realizada após a eleição da diretoria executiva e conselho fiscal.

Artigo 74 - As chapas candidatas deverão inscrever sua chapa completa, com seus respectivos nomes e cargos, em duas vias, protocoladas junto à secretaria da ACASFC, com antecedência mínima de três (03) dias corridos, antes da assembleia de eleição.

Artigo 75 - Para impugnação da chapa, o mesmo deverá ser realizado por escrito, até dois (02) dias corridos, após o prazo estipulado para a eleição, e deverá ser protocolado junto à secretaria da ACASFC.

Artigo 76 - A solicitação da impugnação será realizada pelo conselho fiscal ou comissão especialmente constituída para tal finalidade.

Artigo 77 - Ocorrendo à impugnação, deverá ser marcada uma nova data para a assembleia de eleição no prazo máximo de cento e cinquenta (150) dias corridos.

Artigo 78 - Os membros da chapa eleita deverão apresentar até a data da posse, cópias simples, dos seguintes documentos:

- I - RG
- II - CPF
- III - comprovante de residência
- IV - última declaração do imposto de renda ou comprovante de entrega - pessoa física (se houver)
- V - título de eleitor e comprovante de votação do último pleito, (sendo o último se houver)
- VI - para homens, comprovante de quitação de serviço militar.



Artigo 79 - A posse da chapa eleita ocorrerá após quinze (15) dias corridos, à data da assembléia de eleição.

Artigo 80 - Caso algum dos membros da chapa eleita deixe de apresentar os documentos, até o prazo previsto, a chapa eleita será cancelada, devendo ser realizada nova eleição.

Artigo 81 - Ocorrendo impugnação ou cancelamento da chapa eleita, o mandato do grupo gestor em exercício será prorrogado automaticamente até a posse do novo grupo gestor.

Capítulo XII

Da receita e patrimônio

Artigo 82 - Constitui receita da ACASFC:

- I – contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- II – doações e legados;
- III – usufruto que lhe forem conferidos;
- IV – receitas de comercialização de produtos;
- V – rendas em seu favor constituído por terceiros;
- VI – rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros;
- VII – juros bancários e outras receitas financeiras;
- VIII – captação de renúncias e incentivos fiscais;
- IX – receitas sobre direitos autorais de produção de materiais promocionais;
- X – resultado de comercialização de produtos de terceiros;
- XI – resultados de prestação de serviços;
- XII – subvenção ou recursos do governo municipal, estadual, União ou de autarquias;
- XIII – direitos autorais;
- XIV – anuidades;
- XV – recursos estrangeiros;
- XVI – patrocínios;
- XVII – quotas de participação;
- XVIII – resultado de sorteios e concursos;
- XIX – contratos de gestão e administração;
- XX – termos de parceria;
- XXI – termos de cooperação;
- XXII – convênios.
- XXIII – conversão de multas sociais,
- XXIV – termo de fomento,
- XXV – termo de colaboração.

Artigo 83 - Todas as receitas serão destinadas à manutenção dos objetivos da ACASFC.

Artigo 84 - Os patrimônios da ACASFC serão constituídos de bens identificados em escritura pública e tomo patrimonial que vier a receber por doação, legados e aquisições, livres e desembaraçadas de ônus.



Artigo 85 - A contratação de empréstimo financeiro que venha a contrair de bancos ou através de particulares, que venha a agravar do ônus sobre o patrimônio da ACASFC, dependerá da aprovação do Conselho fiscal e da diretoria executiva.

Artigo 86 - A ACASFC poderá constituir fundos como; **Fundo de Apoio Social, Fundo de Investimento, Fundo de Reserva, Fundo do Trabalhador**, e demais fundos regulamentados conforme legislação pertinente.

Capítulo XIII

Dos Livros

Artigo 87 - A ACASFC manterá os seguintes livros:

- I – livro de presença das assembleias e reuniões
- II – livro de ata das assembleias e reuniões
- III – livros fiscais e contábeis,
- IV – demais livros exigidos pelas legislações

Artigo 88 - Os livros estarão sobre a guarda do secretário da diretoria executiva da ACASFC, devendo ser vistado pelo presidente da diretoria executiva e membros do conselho fiscal.

Artigo 89 - Os livros estarão na sede da ACASFC, sendo disponibilizado para o público em geral.

Artigo 90 - Os interessados poderão obter cópias dos livros, sem direito a sua retirada.

Capítulo XIV

Das disposições gerais

Artigo 91 - Os membros do conselho fiscal e do conselho técnico poderão realizar assembleias parciais para discussão de assuntos específicos, cuja resolução deverá ser encaminhada para Diretoria Executiva.

Artigo 92 - A sessão de uma assembleia poderá ser prorrogada para outra data, sem a necessidade de uma nova convocação, desde que aprovado pelos presentes.

Artigo 93 - Os cargos da diretoria executiva e conselho fiscal não são remunerados, enquanto o conselho técnico e secretaria executiva, poderão ser contratados, seja a que título for, ficando expressamente vedado por parte de seus membros o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens, pelos cargos exercidos na ACASFC.

Artigo 94 - Para a extinção da ACASFC, o processo consiste em:

- I – deverá ser convocada uma assembleia extraordinária especialmente para extinção, com antecedência mínima de trinta (30) dias corridos, pela imprensa local,
- II – a deliberação ocorrerá com dois terços dos presentes
- III – sendo resolvido à extinção, o patrimônio e os bens, satisfeitos as obrigações, serão destinados a uma instituição congênere, ou na sua falta, ao poder público, como determinado na lei municipal, estadual e federal pertinente.



Artigo 95 - Dentro das atividades da ACASFC fica proibido qualquer tipo de discriminação, seja por: raça, idade, sexo, etnia ou religião.

Artigo 96 - Nas atividades da ACASFC ficam expressamente proibidas as manifestações de política partidária.

Artigo 97 - A ACASFC aplica suas rendas, recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.

Artigo 98 - Ocorrendo vaga em algum dos cargos da diretoria e dos conselhos, a diretoria executiva, os conselhos fiscal e técnico, poderá indicar um dos membros, para preenchimento do cargo até sua homologação na assembléia subsequente.

Artigo 99 - Os associados não respondem solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade nem há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Artigo 100 - O exercício financeiro e fiscal da ACASFC coincidirá com o ano civil.

Artigo 101 - Em casos de constatados problemas de conduta ética do associado ou mau uso do nome da instituição, a diretoria executiva poderá propor a formação de uma comissão de sindicância, formado pelos associados, como mínimo de cinco (5) membros, para análise da situação e fornecer pareceres para decisão administrativa.

Parágrafo único;

A comissão terá o prazo de trinta (30) dias corridos para apresentação dos pareceres, após a sua constituição.

Artigo 102 - Atendido as legislações pertinentes, fica regida pelo presente estatuto a seguinte norma;

- I – observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência,
- II – adoção de praticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório,
- III – constituição do conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da ACASFC,
- IV – em caso de dissolução, além de atender o artigo 94 do presente estatuto, o patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei federal, preferencialmente que tenha mesmo objetivo social da ACASFC,
- V – na hipótese da ACASFC, perder a qualificação instituída na lei federal, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdeu aquela qualificação, será transferida a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei federal,
- VI – possibilidade de instituir remuneração para os dirigentes da ACASFC que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos casos os valores praticados no mercado, na região correspondente a sua área de atuação.



VII – as normas de prestação de conta a serem observadas pela ACASFC fica determinado no mínimo;

- a – observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade,
- b – publicação do balanço financeiro, na imprensa local, juntamente com o resumo das atividades, certidão negativa de débitos do INSS e FGTS, bem como colocar à disposição do público em geral,
- c – quando da firmação de termos de parceria, será obedecidas às instruções do decreto federal nº 3.100/99 de 30/06/99 e serão contratada auditoria externa independente para aplicação dos recursos originários do termo de parceria,
- d – a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebida pelo ACASFC, será realizada conforme determinado no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal,
- e – elaborar balanço social e ambiental em conformidade a Resolução nº 1.003/04 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade,

Artigo 103 – O processo de votação e as diretrizes nas assembléias será regulamentada no regulamento interno, inclusive com definição dos direitos por categoria de associado.

Artigo 104 - Quando do desenvolvimento de atividades específicas, poderá constituir núcleos de atividades específicas permanentes ou temporárias, com autonomia administrativa e financeira, sendo regulamentado quando da sua constituição, sempre coordenado no mínimo por 2 (dois) associados.

Artigo 105 – A ACASFC poderá realizar gestão de atividades com outras instituições de assistência social, saúde, educação, esporte, lazer, cultural, segurança e jurídica para consecução dos seus objetivos.

Artigo 106 – Os associados patrocinadores, que venha efetivamente contribuir financeira ou com material nas atividades da ACASFC, poderá indicar o seu representante para compor o conselho fiscal.

Artigo 107 – Os livros poderão ser confeccionados com escrita nominal ou digital, em folhas soltas, numeradas e arquivadas.

Artigo 108 – A ACASFC poderá constituir conselhos complementares, conforme tipo de atividade a ser realizada para atender as legislações pertinentes sobre atividade.

Artigo 109 – A ACASFC poderá constituir outras pessoas jurídicas do terceiro setor, em forma de mantida com independência administrativa e financeira para consecução dos seus objetivos.

Parágrafo único:

Nas instituições mantidas, a ACASFC, deverá sempre indicar um representante do quadro do seu associado para compor o conselho fiscal.

Artigo 110 – A ACASFC constituirá departamentos para consecução dos seus objetivos, estando subordinada a secretaria executiva e a sua constituição será autorizada pela diretoria executiva.

Parágrafo único:



Cada departamento terá sua norma administrativa e operacional, respeitando os códigos de ética profissional de cada segmento, sempre com coordenação indicando 2 (dois) membros associado ou mais conforme as demandas e necessidades.

Artigo 111 – A ACASFC desenvolverá as atividades com atendimento de gratuidade conforme legislação pertinente.

Artigo 112 – A ACASFC, respeitando a Lei Complementar nº 187/21, atende cumulativamente aos seguintes requisitos:

- I - não percebam seus diretores, conselheiros, associados, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Artigo 113 – Atendendo a Lei Federal nº 13.019/14 e 13.204/15, a prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria perante o órgão da entidade estatal parceira refere-se à correta aplicação dos recursos públicos recebidos e ao adimplemento do objeto do Termo de Parceria, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- II - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;
- III - extrato da execução física e financeira;
- IV - demonstração de resultados do exercício;
- V - balanço patrimonial;
- VI - demonstração das origens e das aplicações de recursos;
- VII - demonstração das mutações do patrimônio social;
- VIII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- IX - parecer e relatório de auditoria, se for o caso.



Artigo 114. As exigências de transparência e publicidade previstas em todas as etapas que envolvem o termo de fomento ou de colaboração, desde a fase preparatória até o fim da prestação de contas, naquilo em que for necessário, serão excepcionadas quando se tratar de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, na forma do regulamento.

Artigo 115 - A ACASFC visa atender ao disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º do Código Tributário Nacional é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

- I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º do CTN, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º da CTN, são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

Artigo 116 - A ACASFC poderá desenvolver estudo, pesquisas, extensão comunitária e estágios em parceria com academia e demais instituições.

Artigo 117 - A ACASFC poderá constituir consórcio com demais instituições do terceiro setor para desenvolvimento das atividades para consecução dos seus objetivos, sendo elaborado um termo específico, definindo a responsabilidade dos participantes.

Artigo 118 - A ACASFC poderá promover atividades nas áreas: social, ambiental, turística, econômica, agrícola, cultural, desportiva, recreativa, educativa, obras sociais ou instituir programas sob sua responsabilidade, manter serviços de assistência social, jurídica, médica, odontológica, psicológica, nutricional e outras, visando o bem estar dos associados defendendo o patrimônio, a moralidade administrativa, o meio ambiente, o patrimônio histórico e cultural da comunidade;

Artigo 119 - A ACASFC poderá promover mecanismos para garantia do desenvolvimento social, econômico, cultural e agrícola dos moradores residentes na Comunidade São Francisco do Caramuri.

Artigo 120 - A ACASFC terá respaldo para decidir e qualificar as representações das operações de pesca em seu território, conforme o artigo 07 e 09 do acordo de pesca da região do Baixo Rio Preto da Eva, divisa dos municípios de Manaus, Rio Preto da Eva e Itacoatiara potencializando as operações de pesca local, uma vez não havendo, a ACASFC poderá pleitear e negociar contratos por tempo determinado com empresas de operações de pesca regionais, estaduais, nacionais e estrangeiras.

Artigo 121 - A ACASFC poderá criar uma cooperativa interna atendendo as necessidades comerciais do sistema agropecuária e outras atividades econômicas para fins lucrativos de seus



associados/cooperados. O cadastramento e vinculação na Cooperativa será exclusiva dos associados da ACASFC, tendo estes o direito de candidatura ao conselho administrativo, conselho fiscal, conselho produtivo, conselho técnico conselho científico e mais que houver.

Parágrafo único:

Cada associado da ACASFC poderá cadastrasse e associasse na Cooperativa, desde que atenda aos requisitos principais do Cooperativismo no Brasil com destaque para as seguintes atividades: agricultura, criação de animais, artesanato, pesca, turismo de base comunitária, operação de pesca, extrativismo e outras atividades financeiras e comerciais para obtenção de lucro e emancipação socioeconômica dos cooperados.

Capítulo XV

Das disposições transitórias

Artigo 122 – O grupo gestor de transição terá mandato de quatro (04) anos, entre os membros da comissão organizadora da atual gestão, podendo ser reeleito, sendo composto de seguintes cargos:

- I – diretoria executiva: diretor presidente, vice diretor presidente, primeiro e segundo tesoureiro, primeiro e segundo secretário,
- II – conselho fiscal: dois titular e dois suplente ou mais.

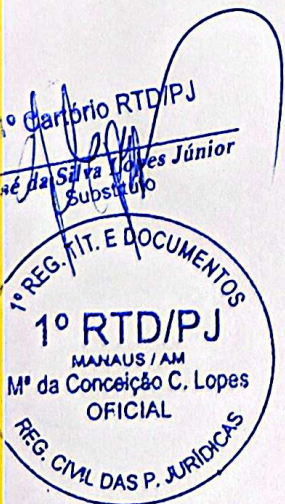
Artigo 123 – Compete ao grupo gestor de transição:

- I – estruturar a ACASFC,
- II – estruturar plano de trabalho,
- III – elaborar normas e regras internas,
- IV – constituir o conselho dos profissionais,
- V – recadastrar o quadro de associado.

Artigo 124 – Com a aprovação do presente texto do estatuto ficam revogadas as disposições em contrário.

Artigo 125 - O presente estatuto entra em vigor a partir desta, devendo proceder ao tramite legal para registro e demais providencias cabível.

Manaus - AM, 04 de agosto de 2024.



Sr. Daniel Leandro da Silva
Diretor Presidente da ACASFC

Sr. Rosângela Amorim da Silva
Advogada OAB/AM 5.760



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DE MANAUS
**1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**

Maria da Conceição Castro Lopes – Oficial
Av. Getúlio Vargas, 1149 - Centro - Cep 69.020-011 – CNPJ 04.536.546/0001-12



CERTIDÃO

CERTIFICO, em virtude das atribuições que por lei me foram conferidas e a requerimento de parte interessada que revendo no arquivo do Cartório a meu cargo, deles verifiquei constar, Protocolado sob n.º 88.302 e averbado sob n.º 77.598 às folhas 286/303, do Livro "A", n.º 1544, de Pessoas Jurídicas, em 08.01.2025, a AVERBAÇÃO do NOVO ESTATUTO da Associação Civil de Direito Privado sem fins econômicos, denominada **"ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI"**, também designada por ACASFC, CNPJ n.º 01.639.454/0001-70, com sede e foro jurídico na Comarca de Manaus/AM, localizada na Baixo Rio Preto da Eva, Lote 07, Médio Amazonas, Zona Rural Ribeirinha - CEP 69.001-009. Certifico mais que a supracitada Associação Civil tem a sua **PERSONALIDADE JURÍDICA** adquirida desde 04.10.1995, com o registro dos atos constitutivos, sob o número de ordem 30/01 do Livro "A", número 3, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da comarca de Rio Preto da Eva/AM. O referido é verdade e dou fé. Dada e passada nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos oito dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e cinco. Selo Eletrônico de Fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Data útil. 08.01.2025, emitido por: José da Silva Lopes Júnior. Emol. R\$ 808,43. Funjeam Extrajud. R\$ 121,20. Funjeam-RCPN-SD. R\$ 40,46. Selo Digital R\$ 3,00. ISSQN R\$ 40,46. Selo: AVBTIT004903ALOZA6MQX8GF4I98. Valide o selo em: cidadao.portalseloam.com.br

Manaus, 08 de janeiro de 2025.



1º Cartório RTD/PJ
José da Silva Lopes Júnior
Substituto
José da Silva Lopes Júnior
Substituto

